

Brasília-DF, 31 de julho de 2026

Mês de conscientização pelo fim da
violência contra a mulher.

Filiada à

Agosto Lilás

20 Anos
da Lei Maria da Penha

um instrumento de luta por uma vida livre de violência,
principais avanços em duas décadas:

TIPIFICAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS:
Classificação da violência em cinco tipos:
física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA:
Proteção imediata às vítimas, com afastamento do
agressor e proibição de aproximação e contato.

FIM DA IMPUNIDADE:
Vedação da aplicação de penas alternativas e
fortalecimento da responsabilização pelos
crimes de violência doméstica.

PRISÃO PREVENTIVA:
Possibilidade de prisão do agressor em situações
de risco à vítima ou de descumprimento das
medidas protetivas.

FORTALECIMENTO DA REDE DE APOIO:
Ampliação dos serviços especializados, como Delegacias Especializadas
de Atendimento à Mulher (Deam's), Juizados de Violência Doméstica e
Familiar contra a Mulher e Casas Abrigo.

O SILÊNCIO MATA. DENUNCIE! LIGUE 180
Informação liberta. Mulher viva, livre e sem medo.

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

2026

CNTI e NCST participam do 8º Encontro Nacional dos Trabalhadores Papeleiros



Praia Grande (SP) sedia, entre os dias 29 e 31 de julho, o 8º Encontro Nacional dos Trabalhadores Papeleiros, que reúne lideranças sindicais e representantes da categoria para debater os desafios do setor e definir estratégias voltadas ao fortalecimento da organização dos trabalhadores.

A programação tem caráter internacional, com a presença de delegações do Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia. O intercâmbio entre os participantes possibilita a troca de experiências sobre a atuação sindical em cada país e reforçou a importância da cooperação entre as entidades na defesa dos direitos trabalhistas.



Realizado pela **Federação dos Papeleiros dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul**, o encontro traz para o centro dos debates a valorização da categoria. Com o lema "**Quem constrói a riqueza merece o reconhecimento de aumento real**", a iniciativa destaca a necessidade de garantir ganhos salariais, fortalecer a negociação coletiva e ampliar as conquistas dos trabalhadores.



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) participaram das atividades

Brasília-DF, 31 de julho de 2026

desta quinta-feira (30), representadas pelo presidente da CNTI e vice-presidente da NCST, José Reginaldo Inácio; pelo presidente da NCST-SP, Nailton Francisco de Souza (Porreta); pelo secretário-geral da CNTI, Nelson Bonardi; pelo secretário regional da CNTI para a Região Sudeste, Eduardo Henrique Neves; pelo presidente da Federação e coordenador do Departamento Profissional do Papel e Papelão (DEPROPEL/CNTI), José Roberto Vieira da Silva Carvalho Júnior (Betinho); pelo representante profissional e internacional do Setor Papeleiro da CNTI, Carlos Lacerda Maciel; além de outros dirigentes sindicais do estado de São Paulo.



Crédito Fotos: Eric Paixão
Com informações da NCST

PEC 221 e reeleição de Lula mobilizam Nova Central



A reeleição de Lula e a aprovação da PEC 221 estão no centro das preocupações da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). A entidade, desde dezembro de 2025, é presidida por Sônia Maria Zerino da Silva, originária do setor do Vestuário, no Rio Grande do Norte. A dirigente é formada em Administração de empresas.

Sônia vê, com desconforto, a paralisação no Senado quanto à PEC 221, que busca acabar com a escala 6x1 e reduzir a jornada para 40 horas semanais. A matéria já foi aprovada na Câmara Federal no final de junho. No Senado, sua tramitação depende do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). E ele não tem demonstrado empenho para enviar a PEC à CCJ, que é o primeiro passo no trâmite.

Sônia afirma: "Nossa Central é apartidária. Mas eu, enquanto cidadã, trabalho pela reeleição de Lula e vejo muitos companheiros da Nova Central atuar no mesmo sentido. Com Lula, temos diálogo e somos testemunhas do fortalecimento de políticas públicas importantes, inclusive muitas delas voltadas à valorização da mulher".

Seu Estado de origem, o Rio Grande do Norte, é também a terra de Rogério Marinho, senador do PL que atua diretamente contra o sindicalismo e os direitos dos trabalhadores. "Já tentamos marcar reunião com ele, mas Marinho alega falta de agenda, por estar na coordenação da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro, que é de seu partido", conta Sônia Zerino. "Com os demais senadores temos procurado dialogar e expor nossos argumentos", ela diz.

Estados – A orientação da Nova Central às suas representações é que os dirigentes procurem os senadores locais. Essa orientação, ressalta a presidente, é a mesma que têm sido seguida pelas demais Centrais, uma vez que as entidades trabalham em torno da Pauta Unitária da Classe Trabalhadora, já entregue às duas Casas do Legislativo e também ao Presidente Lula.

Afora a reeleição do Presidente Lula e a aprovação da PEC 221 pelo Senado, a presidente da Nova Central Sindical aponta que o sindicalismo se engaja nas lutas contra o feminicídio e pelo trabalho decente, como preconiza a OIT. Ela arremata: "Com boa ou má vontade do presidente do Senado, as mobilizações devem continuar e também seguiremos buscando diálogo com todos os senadores". Estão marcadas para o dia 10 de agosto novas manifestações sindicais e dos movimentos populares a fim de pressionar a votação no Senado da PEC 221.

Mais – Site da NCST e telefone (61) 3226.4000

Fonte: Agência Sindical

Brasília-DF, 31 de julho de 2026

Taxa de desemprego cai para 5,4% no trimestre encerrado em junho, diz IBGE

Este é o menor resultado para o período na série histórica, iniciada em 2012



A taxa de desemprego no Brasil foi de 5,4% no trimestre móvel encerrado em junho, segundo dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgados nesta quinta-feira (30) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Este é o menor resultado para o período na série histórica, iniciada em 2012.

O resultado mostra queda ante o registrado no período entre janeiro e março, quando o desemprego ficou em 6,1%.

Segundo o IBGE, também houve recuo na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado. No período encerrado em junho de 2025, o indicador estava em 5,8%.

A população desocupada somou 5,9 milhões, recuo de 10,9% frente ao trimestre de janeiro a março de 2026. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, apresentou queda de 6,3%, ou um total de 718 mil pessoas que deixaram a desocupação.

O segundo trimestre ainda ficou marcado pela alta de 1,1% no número de pessoas ocupadas na comparação trimestral e 0,7% sobre o ano anterior, chegando a 103 milhões.

A alta foi puxada, principalmente pelo maior número de empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada.

Os trabalhadores com carteira assinada, por sua vez, cresceram 0,6% no setor privado, entre abril e junho. Na outra ponta, os que possuem carteira aumentaram 2,2% no período.

O nível de ocupação foi estimado em 58,8% no trimestre, o que representa um incremento de 0,5

ponto percentual diante dos meses entre janeiro e março deste ano.

Fonte: CNN Brasil

Brasil fecha o mês de junho com saldo positivo de 145.161 empregos

Todos os cinco grandes agrupamentos apresentaram resultado positivo



© Marcello Casal Jr / Agência Brasil

O Brasil fechou o mês de junho com saldo positivo de 145.161 empregos com carteira assinada, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado nesta quarta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O resultado de junho decorreu de 2.220.131 admissões e de 2.074.970 desligamentos.

O Caged é um indicador que mede a diferença entre contratações e demissões.

O estoque de empregos formais no mês passado foi de 48.032.308, o que representa uma variação de 0,30% em relação ao estoque do mês anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o saldo chega a 942.854 empregos.

Todos os cinco grandes agrupamentos apresentaram resultado positivo em junho.

O setor de Serviços fechou o mês com 74.514 postos e a Agropecuária registrou saldo de 22.898 vagas. O Comércio com 19.177, a Indústria ficou com 4.438 postos; a Construção Civil ficou com 14.136 vagas.

No mês passado, a região Sudeste veio na frente na geração de empregos com 70.383 postos, um incremento de 0,29% em relação a maio; o Nordeste, com 34.433 postos (0,43%); Centro-Oeste, com 19.617 postos (0,46%); o Sul com 10.453 postos (0,12%) e o Norte, com 9.633 postos (0,40%).

Entre os estados da federação, 25 tiveram saldo positivo. Em números absolutos, o destaque ficou com São Paulo, com 34.981 postos; Minas Gerais, com 20.805; e Rio de Janeiro, com 16.856 vagas.

Brasília-DF, 31 de julho de 2026

Os estados com menor saldo foram o Espírito Santo, que apresentou saldo negativo de 2.259 vagas; Tocantins, também com saldo negativo de 135 postos, e Rondônia, que gerou 108 postos de trabalho.

Proporcionalmente, o destaque ficou para o Amapá, que gerou 1.111 vagas; o Acre, com 980 postos e Mato Grosso, com 8.258 postos.

Salário

O salário médio real de admissão em junho foi de R\$ 2.404,34. Comparado ao mês anterior, houve um aumento real de R\$ 16,90 no salário médio de admissão.

Os jovens de 18 a 24 anos representaram 100.597 vagas nas contratações e os adolescentes até 17 anos, 24.833 vagas. Para o grupo de 25 a 29 anos, o saldo foi de 13.007 vagas e o de 30 anos ou mais, 6.724.

Os trabalhadores de raça/cor parda somaram 106.176 postos, enquanto a branca registrou 28.636 postos e a preta, saldo de 20.199 postos.

Empregos

Apesar do resultado positivo, os números do Caged mostram uma queda em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram criadas 161.999 vagas de emprego.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, credita a queda no número de vagas à política de juros do Banco Central (BC), que contrai a economia.

O BC vem reduzindo em ritmo lento a taxa de juros básica da economia, a Selic. A autoridade monetária, em sua última reunião, fez um corte de 0,25 ponto percentual na taxa de juros, que ficou em 14,25% ao ano.

“Isso é o comportamento da economia desacelerando e você tem como evidente a contradição dos juros”, avalia Marinho.

O ministro também creditou os números ao tarifaço aplicado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a diversos produtos brasileiros e aos conflitos internacionais.

“São números positivos levando em consideração os juros que estamos praticando, levando em consequência o tarifaço e as guerras. O tarifaço e principalmente as guerras deram uma mexida no humor do petróleo global”, acrescentou Marinho.

Fonte: Agência Brasil

Violência contra a mulher: sancionada divulgação obrigatória do Ligue 180



Feijão Almeida/GOV

Foi sancionada a lei que torna obrigatória a divulgação do Ligue 180, canal de atendimento a mulheres em situação de violência. A norma, publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (30), determina que o governo federal divulgue o serviço em meios de comunicação e locais de grande circulação.

De acordo com a Lei 15.478, de 2026, o governo federal deverá promover a divulgação do número, cuja ligação é gratuita, em meios de comunicação de massa e também em locais públicos e privados de grande circulação — escolas, hospitais, órgãos públicos, meios de transporte de massa, casas de espetáculos e outros locais de diversão. O objetivo é ampliar a visibilidade do canal e facilitar o acesso das mulheres em situação de violência aos serviços de orientação e denúncia.

Disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, o Ligue 180 oferece atendimento por telefone, e-mail, WhatsApp e em língua brasileira de sinais (Libras).

A lei tem origem no PL 4.300/2025, aprovado pelo Senado em julho, relatado pela senadora Mara Gabrilli (PSD-SP).

A relatora destaca que o Ligue 180 começou como canal de orientação e passou a receber denúncias diretas em 2014, com encaminhamento aos órgãos competentes e acompanhamento dos casos. Além de registrar denúncias, o serviço orienta sobre direitos e encaminha as vítimas para a rede especializada, como delegacias especializadas, defensorias públicas, centros de referência e unidades da Casa da Mulher Brasileira.

O Ligue 180 foi viabilizado pela Lei 10.714, de 2003, agora alterada pela nova norma.

Fonte: Agência Senado